a) Caixa Econômica Federal - CEF

A companhia vem realizando os pagamentos das parcelas de amortizações junto a Caixa Econômica Federal em dia. A administração da companhia vem atualizando os saldos devedores com base nos encargos financeiros pactuados nos contratos.

b) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

A companhia vem discutindo judicialmente a atualização cambial e os valores devedores dos contratos de financiamentos mantidos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Consubstanciado em parecer jurídico, a administração da companhia não vem atualizando os saldos devedores dos mesmos em razão de decisão favorável do Tribunal de Justiça do Piauí, que determinou que o valor da dívida seria de R\$ 11.886 mil.

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2005		2004	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Ordenados e salários a pagar	2.946	-	2.744	-
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	61.831 (1)	-	36.409	-
Fundo de Garantia Tempo de Serviço- FGTS	1.812 (2)	13.243	1.644	12.711
Salário Educação	4.254 (3)	-	2.404	2.248
SESI/SENAI	6.866 (4)	914	2.391	-
PGFN	5	100	-	-
	77.714	14.257	45.592	14.959

- (1) valor correspondente as guias da previdência social de competência de julho a outubro de 2001, junho a novembro de 2002, dezembro de 2002 e julho de 2003 a dezembro de 2005, relativa a parte do segurado e fevereiro de 2003 a dezembro de 2005, relativa a parte da empresa. Aos valores originais foram acrescidas multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.
- (2) valor referente ao parcelamento do FGTS de competência de agosto de 1999 e dezembro de 1999 a setembro de 2003, cuja dívida global foi parcelada em 180 meses, e FGTS de competência de dezembro de 2003. Aos valores originais foram acrescidas multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.
- (3) valor correspondente as guias do Salário Educação de competência de março de 2003 a dezembro de 2005. Aos valores originais foram acrescidas multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.
- (4) valor correspondente ao saldo de parcelamento do Sesi/Senai de competência de abril de 1996 a maio de 1997 e de outubro de 1997 a fevereiro de 1998, e parcelamento Sesi/Senai competência janeiro de 2001 a novembro de 2003 parcelada em 60 meses, bem como Sesi/Senai de competência de dezembro de 2003 a dezembro de 2005. Aos valores originais foram acrescidas multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FISCAIS

	2005	2004
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	571	571
Programa de Formação do Patrimônio Servidor Público - PASEP	3.721 (1)	1.748
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13.504 (2)	6.524
Contribuição Social Sobre o Faturamento - COFINS	16.169 (3)	7.471
Outros	210	20
	34.175	16.334

- (1) valor correspondente as guias do PASEP de competência de julho de 2003 a dezembro de 2005. Aos valores originais foram acrescidas multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.
- (2) valor correspondente as guias do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de competência de novembro de 2003 a dezembro de 2005. Aos valores originais foram acrescidas multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.
- (3) valor correspondente as guias do COFINS de competência de julho de 2003 a dezembro de 2005. Aos valores originais foram acrescidas multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.

13. PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES

A companhia solicitou 3 (três) Pedidos de Parcelamento Especial - PAES conforme Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, e 2 (dois) pedidos de parcelamentos normais, cujos saldos dos valores parcelados estão apresentados a seguir:

	2005		2004	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
FNDE	990 (1)	6.062	1.003	6.266
SRF/PGFN	10.580 (1)	42.331	8.225	42.321
INSS	3.030 (1)	19.405	2.911	19.160
	14.600	67.798	12.139	67.747

- (1) Valores incluídos no Parcelamento Especial - PAES conforme Lei nº 10.684.

O saldo em 31 de dezembro de 2005 é o resultado da seguinte movimentação:

	RS
Saldo em 31/12/2004	79.886
Amortizações	(4.251)
Juros	6.763
Saldo em 31/12/2005	82.398

Nos exercícios sociais de 2004 e 2005 as amortizações ocorridas foram em valores inferiores ao estabelecidas na Lei nº 10.684, o que poderá acarretar o descredenciamento da empresa junto ao PAES, o que tornará a dívida integralmente vencida.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia com base em informações do seu corpo jurídico, constituiu provisões consideradas suficientes para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais. Os processos que no entendimento do jurídico da Companhia, são passíveis de desfecho favorável, não foram contemplados nessa provisão.

15. PARCELAMENTO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Em 13 de dezembro de 2002, foi assinado pela AGESPISA e o Governo do Estado do Piauí, o termo de compromisso, onde o governo do Estado assumiu o passivo da AGESPISA junto ao INSS até junho de 2001. Os débitos assumidos estão sendo atualizados pela TJLP e serão amortizados em 240 (duzentas e quarenta parcelas) e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

- a) Débitos que estavam incluídos no REFIS no valor de R\$ 80.190.690,75 atualizados até 27 de junho de 2002;
- b) Débitos referentes ao período de fevereiro de 2000 a abril de 2001 no valor de R\$ 18.589 mil atualizados para junho de 2002.

De acordo com o item cinco do referido Termo de Compromisso, a AGESPISA se compromete a ressarcir mensalmente ao Governo do Estado do Piauí até o quinto dia útil, a contar da data do recebimento da cobrança feita pela Secretaria da Fazenda, 0,6% da sua parte debitada no FPE. O valor da dívida em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 144.413 mil conforme demonstrado a seguir:

	2005		2004	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Parcelamento Governo do Estado do Piauí	29.410	115.003	19.784	111.265

16. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 508.178 mil em 31 de dezembro de 2005 e 2004, está composto por 106.537.853 ações ordinárias e 1.319.011 ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

As ações preferenciais tem direito a prioridade na distribuição de dividendos e reembolso do capital social. O governo do Estado do Piauí é acionista majoritário, com participação, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, de 98,22% do capital social da Companhia

17. RESERVA DE CAPITAL - AUXÍLIOS PARA OBRAS

Representam aportes de recursos pelo Estado do Piauí para aplicação na expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

DIRETORIA

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO GONÇALVES
Diretor Presidente

JEANNE RIBEIRO DE SOUSA NUNES
Diretora Administrativa e Financeira

JOSÉ DE ARAÚJO DIAS
Diretor de Expansão e Operação do Interior

MARCOS VENÍCIUS MEDEIROS COSTA
Diretor de Expansão e Operação da Capital

MARIA DO SOCORRO TEIXEIRA MELLO SALES
Diretora de Planejamento e Gestão Comercial

CONTADOR

EDIVALDO ALVES PEREIRA
Contador - CRC - PI - 002792/O-2